

ESPAÇO-TEMPO E URBANIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

ESTER LIMONAD

Departamento de Geografia
Universidade Federal Fluminense
ester_limonad@yahoo.com

RESUMO

Para entender a urbanização brasileira hoje é necessário um olhar que perceba as diferenças, a diversidade das transformações, os distintos ritmos e transite entre distintas escalas de análise. Uma vez que a urbanização hoje está intrinsecamente ligada à estruturação do território, compreendendo a reprodução dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho e da família, e por conseguinte a distribuição espacial da população e das atividades produtivas. É nessa quadro que se desenvolve o presente ensaio.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço. Tempo. Urbanização. Brasil.

SPACE, TIME AND URBANIZATION:
SOME THOUGHTS ON BRAZILIAN URBANIZATION

ABSTRACT

To understand current Brazilian urbanization trends, one must take account of a multitude of differences, such as the diversity of rhythms and of rates of change and the varying intersection of the scales of analysis. Urbanization is now intrinsically linked to the structuration of territory and comprises the reproduction of the means of production, the reproduction of the labor force and of the family and, consequently, also the spatial distribution of population and of productive activities.

KEY-WORDS: Space. Time. Urbanization. Brazil.

Este ensaio consiste de algumas ponderações referentes à urbanização contemporânea brasileira com base em leituras da obra de Henri Lefebvre (1969, 1991) e de outros autores, que procuram amarrar os resultados e as considerações de pesquisas diversas conduzidas com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1997 no âmbito da Geografia.

Como geógrafos, temos por preocupação estudar o espaço social e, por vezes, nos esquecemos do tempo, embora, de fato, tempo e espaço, espaço e tempo não podem ser pensados e entendidos um sem o outro. Ambos são construções sociais. Se cada sociedade produz o seu próprio espaço e uma concepção própria desse espaço, o mesmo vale para o tempo e seu significado social. Assim, há alguns anos, há menos de meio século, rural e urbano, campo e cidade constituíam coisas distintas e possuíam um significado inerente em termos do que representavam. Cada um com um espaço, um tempo, uma paisagem própria, com ritmos específicos, principalmente após as duas primeiras revoluções industriais. Então a duração do dia se estendeu além do pôr-do-sol e a vida urbana ganhou um outro ritmo, uma outra temporalidade, enquanto, no campo, continuou a prevalecer, ao menos durante algum tempo, o tempo regulado pelos ciclos da natureza: dia e noite, primavera, verão, outono e inverno. Então, a cidade era algo claramente perceptível e a discussão referente à sua definição girava em torno de sua dimensão, de sua extensão, de sua população.

Essa questão preocupou geógrafos e cientistas sociais de distintas correntes epistemológicas. A quantidade de habitantes residentes em um aglomerado constituiria uma referência em si mesma para definir o que seria uma cidade. A cidade e o urbano, por conseguinte, se definiriam a partir de quantidades e não a partir de uma qualidade. A partir de objetos (infra-estruturas, edificações) e de densidades demográficas, mas logo esse tipo de definição se mostrou extremamente limitado.

Muitos, porém, ainda persistem em buscar diferenciar urbano e rural a partir de quantidades e não de qualidades, uma vez que o avanço da urbanização, devido à carência de outros indicadores, continua a ser avaliado, ao menos estatisticamente, a partir da relação entre população urbana e rural, da existência de equipamentos e serviços, e inclusive com base no padrão de consumo da população. Por isso, não há um consenso e há diversos problemas de interpretação decorrentes das diferentes definições e parâmetros adotados, que envolvem desde questões de escala a questões de dimensão.

População urbana e rural, assim, são definidas *a priori* a partir de uma localização espacial, por vezes com base em um raio geométrico arbitrariamente definido.

A classe social, por sua vez, pode definir-se a partir de sua posição e situação de classe, de suas formas de consumo ou, em uma perspectiva crítica, com base em sua relação com os meios de produção e sua inserção nas relações sociais de produção. Contrapõem-se, assim, dois vieses teóricos distintos: um primeiro, por assim dizer, de inspiração weberiana e um segundo, de inspiração marxista. A cidade, enquanto comunidade urbana, *städtische Gemeinschaft*, na perspectiva weberiana, é um fenômeno datado, que surge com os privilégios que se estabelecem com o surgimento da burguesia. Diz Weber (1967, p. 88):

Portanto, um estamento de burgueses como titular desses privilégios, constitui a característica da cidade no sentido político. Avaliadas por esse padrão, só em parte as cidades da Idade Média ocidental eram “comunidades urbanas” e as do século XVIII numa parte mínima. Porém as da Ásia, talvez com exceções isoladas, não o foram, ou só embrionariamente.

Isso permite a Max Weber datar e diferenciar a cidade que surge com o advento da burguesia comercial das aglomerações que a precederam.

É essa visão datada que alimenta, em parte, a reflexão estruturalista de inspiração althusseriana das décadas de 1970/80. Esse enfoque permite aos estruturalistas formularem que a cidade é um produto do capitalismo, do modo de produção capitalista. Por conseguinte, a cidade seria um produto por excelência decorrente da industrialização.

Lefebvre (1969), por sua vez, inicia sua reflexão sobre a urbanização contrapondo exatamente esse par, industrialização e urbanização, e questiona: quem é o indutor? Quem é o induzido? Coloca em xeque, assim, a perspectiva estruturalista de que a cidade seria um produto próprio, específico do capitalismo e de um estamento de classe: a burguesia. Insere assim a perspectiva de mudança de qualidade da urbanização, o que lhe permite não limitar o fenômeno a um único modo de produção: o capitalista, nem a um único tempo histórico.

Pontuar essa discussão é essencial, não só para situar as controvérsias sobre a questão urbana entre 1960 e 1980, mas para refletir sobre a urbanização contemporânea e os rumos que assume no mundo atual e em particular no Brasil.

A concepção do que é urbano e rural mudou de caráter nos últimos anos. Não há mais como pensar as cidades e o urbano apenas a partir de quantidades e muito menos a partir da localização espacial da população e do consumo, ainda mais considerando que a terceira revolução industrial teve por corolário

uma reorganização não só dos processos de trabalho e de produção, mas a conformação de um novo espaço social adequado às necessidades que ora se impõem para a reprodução social.

O novo modelo de produção flexível, assim como aqueles que o precederam, requer um espaço e um tempo adequados para suprir as necessidades de reprodução social, dos meios de produção, da força de trabalho e da família. Assim, como a cidade do capitalismo industrial possui um caráter distinto da cidade do capitalismo industrial, o mesmo se pode dizer da cidade e da urbanização contemporâneas.

Mas não é apenas a cidade que conquista um novo caráter; é o processo de formação das cidades, de tornar urbano, é a urbanização que ganha uma nova dimensão, enquanto processo geral de organização das atividades produtivas e da distribuição espacial da população.

A urbanização contemporânea extravasa o marco construído, deixa de estar limitada à cidade e conquista a escala territorial. Passa-se, assim, da etapa de urbanização da sociedade para a da urbanização do território. Na contemporaneidade, rural e urbano, campo e cidade tornam-se indistintos, muito embora permaneçam e se aprofundem os conflitos entre urbanidade e ruralidade, entre tempo rápido e tempo lento.

Portanto, para entender a urbanização hoje, faz-se necessário um olhar renovado. Um olhar que perceba as diferenças, a diversidade das transformações e os distintos ritmos. Um olhar que transite entre distintas escalas de análise, uma vez que a urbanização hoje está intrinsecamente ligada à estruturação do território, compreendendo a reprodução dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho e da família e, por conseguinte, a distribuição espacial da população e das atividades produtivas no território (LEFEBVRE, 1991).

E é isso que vamos tentar esboçar aqui.

A última passagem de milênio tem por traço característico o fato de o mundo haver-se tornado mais urbano. Nunca na história da humanidade, tantos viveram em áreas urbanas, urbanizadas ou caracterizadas como tal. Embora os parâmetros de classificação do que seja rural e urbano variem de país para país, autores do Ocidente ao Oriente admitem não apenas estar em curso uma crescente urbanização, como também apontam para um aumento da dispersão dos assentamentos habitacionais e das instalações produtivas e dos serviços. Esses movimentos de redistribuição espacial da população, de reorganização e

relocalização espacial das atividades produtivas tendem a transformar a configuração territorial prévia, historicamente construída, ao destruírem, reconstruírem e estabelecerem outras interações sobre o espaço social.

Resultam daí novas formas de urbanização, que avançam e se estendem de forma fragmentada pelo território, através de aglomerações dispersas ao longo de grandes eixos e artérias. Configura-se, assim, uma nova urdidura do espaço social, com uma urbanização esgarçada, como já assinalava Lefebvre (1969), que deixa de estar restrita aos limites da cidade e conquista a escala territorial. Emergem “novas” regiões e formas de regionalização, em que há um deslocamento não só espacial, mas principalmente em termos hierárquicos, dos centros, pólos e das áreas em desenvolvimento.

Que urbanização é essa? Qual o seu caráter e teor? Quais os seus condicionantes? Essas são algumas indagações que norteiam o presente ensaio. Tais preocupações têm por base a observação da emergência de novas formas de organização do espaço urbano em várias áreas do Brasil e do mundo com traços similares. As particularidades e similaridades dessas tendências de urbanização e organização do espaço social, se não configuram novas formas na urbanização brasileira, representam ao menos a consolidação de experiências e casos observados nas duas últimas décadas. No caso do Brasil, tais tendências vão ao encontro da tese, prevalecente na década de 1980, de uma crescente metropolização e concentração urbana *vis-à-vis* a um esvaziamento demográfico do interior.

No intuito de subsidiar a compreensão do sentido que ora assume a urbanização e estruturação territorial no Brasil, buscar-se-á, aqui, conjugar a reflexão sobre os processos socioespaciais desencadeados pela III Revolução Industrial com a emergência de novas formas espaciais de distribuição e organização das atividades produtivas e de distribuição espacial da população. Nesse sentido, primeiro, é feita uma breve exposição sobre as condições presentes impostas pela reestruturação produtiva e pela globalização. A seguir, abordam-se as formas que ora assumem os assentamentos urbanos (loteamentos, aglomerados, condomínios etc.) para se poder proceder a algumas considerações sobre as características atuais da urbanização no Brasil.

I

Sem dúvida, o capitalismo ingressou em uma nova etapa. Os últimos vinte anos foram marcados por transformações no âmbito do Estado e da produção,

com a emergência do neoliberalismo e o advento da III Revolução Industrial (informacional, gerencial, biotecnológica).

Estabeleceram-se, assim, novas demandas e necessidades para a reprodução da totalidade, que compreende a reprodução inter-relacionada de todas as esferas da vida social, que afetam não somente a esfera da reprodução do capital e dos meios de produção, mas também, e principalmente, a esfera da reprodução da força de trabalho e a reprodução da família (LEFEBVRE, 1991):

– Na esfera de reprodução do capital e dos meios de produção, ocorreram transformações no espaço de produção através da realocização das plantas industriais e da reorganização da produção. Resultou daí uma nova divisão internacional e social do trabalho.

– Na esfera da reprodução da força de trabalho, verificou-se uma desregulamentação das relações de trabalho e o estabelecimento de novas relações industriais.

– Na esfera de reprodução da família, o espaço de vida, do cotidiano, alterou-se devido à redistribuição espacial da população, ao desenvolvimento do meio técnico-científico e às novas condições gerais de produção.

A reprodução de cada uma dessas esferas da vida social requer um espaço social condizente com suas necessidades históricas de reprodução. Um espaço que congregue condições gerais condizentes com o grau de desenvolvimento do meio técnico-científico. Assim, diferentes grupos corporativos, instituições e atores sociais entram em confronto para garantir a satisfação de suas condições gerais de re-produção. Essas disputas pelo espaço social traduzem-se enquanto movimentos de redistribuição espacial da população e das atividades produtivas em várias escalas. A extensificação desses movimentos resulta, por um lado, em um aumento dos impactos ambientais, em razão do crescente consumo extensivo do território e dos recursos naturais. Por outro lado, esses movimentos de redistribuição e realocização tendem a gerar novas formas de organização e de segmentação espacial da produção e da população, ao mesmo tempo em que configuram novas territorialidades e permitem novos arranjos socioespaciais com a emergência de novas formas urbanas e a constituição de novas redes de interações socioespaciais que contribuem para conformar novas regionalizações.

Embora essas transformações se manifestem de forma similar em diferentes lugares, não podem ser compreendidas de forma determinista, como um resultado inevitável de tais ou quais condicionantes.

O problema é deveras mais complexo, uma vez que compreende o envolvimento de distintos atores sociais em confronto, bem como abrange as particularidades, construídas historicamente, de cada formação socioespacial.

Há que se considerar, ainda, que junto com a globalização da economia, mundialização da cultura, dos padrões de consumo e dos modos de vida, há uma globalização da pobreza, da miséria e da violência. E, embora haja uma crescente homogeneização dos lugares, com a formação de lugares globais, não-lugares, persistem um tecido social heterogêneo e um espaço social onde imperam a diversidade e a desigualdade, ambas necessárias e intrínsecas ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Se antes a concentração de riqueza e o desenvolvimento econômico e social ocorriam com base em continuidades e contigüidades espaciais, tomando emprestadas algumas proposições de Santos (1994, 1996), pode-se dizer que agora as possibilidades de desenvolvimento e de acumulação de capital estão fundadas em continuidades e contigüidades temporais, em articulações verticais e horizontais.

As condições gerais gestadas pela revolução informacional permitem uma descontinuidade espacial das atividades produtivas no território, como se houvera um descolamento das pré-condições anteriores, vigentes durante o fordismo-taylorismo. Verifica-se assim, por parte dos distintos atores e agentes sociais, tanto um movimento de reorganização espacial com novos arranjos socioespaciais quanto novos desafios para o desenvolvimento local e regional, lado a lado com uma ampliação dos problemas ambientais, conforme as indústrias saem das grandes cidades e rumam para o interior e para outras partes do país – como vem ocorrendo desde meados da década de 1990 no Sudeste brasileiro (ver a esse respeito LENCIONI, 2004; EGLER, 2004; LIMONAD, 2004).

Tal reorganização espacial é intrínseca e necessária à própria existência do capitalismo, que se dilui, recria e emerge sempre de suas próprias cinzas como se fora uma mitológica fênix, conforme já assinalava Marx em 1848, no “Manifesto do Partido Comunista”, na célebre passagem “tudo que é sólido desmancha no ar”. Essa (re)estruturação e essa (dis)solução do espaço social alteram e afetam as formas de distribuição espacial da população, das atividades produtivas, enfim a urbanização e a industrialização. Contribuem, assim, para uma (re)estruturação do espaço social.

As novas indústrias, pelo fato de serem intensivas em capital e tecnologias de informação e comunicação, com emprego reduzido de mão de obra, podem localizar-se fora dos grandes centros urbanos, em áreas sem tradição industrial – o que lhes propicia uma força de trabalho com baixo nível de organização sindical. As novas implantações industriais, principalmente as de grande e médio porte, passam a ser feitas preferencialmente em áreas semi-rurais ou periféricas aos grandes centros urbanos, fora das áreas e centros urbano-industriais tradicionais – o que tem levado a uma desconcentração das plantas industriais, mas não das sedes, nas capitais do Sudeste do Brasil, e a uma dispersão industrial em diversas áreas do território nacional, conformando as chamadas “ilhas de prosperidade”. Ocorre assim, uma desconcentração espacial das atividades produtivas que é acompanhada por uma crescente centralização administrativa e financeira nas principais regiões metropolitanas, com destaque para São Paulo (LENCIONI, 2004).

Com a reestruturação produtiva, a globalização e as novas formas de organização da produção e do trabalho, o capital conquistou uma maior mobilidade espacial e geográfica, uma vez que a distribuição espacial das fábricas conquistou uma flexibilidade que não possuía antes. Flexibilidade e inovações que facultaram uma especialização e dispersão espacial das unidades produtivas articuladas globalmente (HARVEY, 1989; OFFE, 1984). Assim, ao invés da produção estandardizada de multinacionais organizadas verticalmente em cachos, de maneira similar em diversos países, destinada a atender mercados locais, regionais e nacionais, a produção passa a se organizar através de redes de empresas, em interações horizontais e verticais, articuladas local e globalmente situadas em um único país orientadas para atender ao mercado mundial. Exemplos não faltam: apenas a título de ilustração cabe citar os casos da Whirlpool-Brastemp – com quatro unidades produtivas na América Latina; da Volkswagen de Ônibus e Caminhões – com uma única unidade produtiva, em Resende, no Brasil, e outras mais em outros setores produtivos.

Prevalece hoje uma especialização funcional e uma divisão técnica do trabalho não só dentro das fábricas, mas entre fábricas de uma mesma empresa. Isso resulta em uma divisão territorial do trabalho e em uma especialização espacial e funcional de diferentes setores de uma mesma empresa. Em decorrência, a produção de determinados produtos passa a ser feita em localizações únicas específicas e é direcionada para atingir amplas faixas do mercado internacional, com a perda dos vínculos locais e regionais. Soma-se a isso a transnacionalização das grandes

empresas que, por sua vez, converte-se em mais um fator que compromete a referida coerência territorial, uma vez que, enquanto frutos da interpenetração e do cruzamento de capitais de diferentes empresas e nacionalidades, deixam de ter qualquer compromisso com seus países de origem. O que conta agora é manter a taxa de lucro e não lealdades nacionais ou regionais.

O *lean management* (administração enxuta) é acompanhado pelo *downsizing* (redução da massa de trabalhadores). Em decorrência, têm-se, como já é notória, a desregulamentação das relações de trabalho, o aumento do desemprego estrutural, o que acarreta um empobrecimento dos trabalhadores, e um enfraquecimento dos organismos sindicais. Com isso, inicia-se uma nova etapa no conflito de classes e nas disputas locais e regionais pelas melhores localizações.

II

Observa-se, então, nas duas últimas décadas, em diversas partes do território nacional*, a intensificação da:

- extensão e expansão das malhas urbanas das grandes cidades conformando cidades-regiões, conforme caracterizado por Scott e colaboradores (1991).
- urbanização dispersa em diversos pontos no território, conformando uma rede urbana como se fora um tecido esgarçado (LEFEBVRE, 1969), em uma ocupação do tipo que se encontra na região de Dortmund-Essen-Bochum no norte da Alemanha.
- urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) ou de uma suburbanização (LIMONAD, 1996) enquanto ocupação do território com um modo de vida e atividades urbanas.

De fato, em decorrência da difusão dessa urbanização dispersa tende a haver uma separação radical entre os espaços de residência, consumo e trabalho. Isso se materializa espacialmente através da:

- difusão de condomínios fechados para as classes média e alta, localizados nas proximidades de vias de tráfego, tanto nas periferias metropolitanas (Alphaville em São Paulo, Barra da Tijuca e Vargem Grande no Rio de Janeiro,

* Como mostram os estudos sobre a dispersão urbana no Médio Paraíba (LIMONAD, 2002), na região Serrana Fluminense (RANDOLPH, 2005, 2007, etc), no eixo sul de Belo Horizonte (COSTA, 2006) e em outras áreas do Brasil (ver a respeito ANJOS, 2007; CAIADO, 2007; CARPINTERO, 2007; CLEMENTINO, 2007; DIOGENES, 2007; SPÓSITO, 2007; STROHAECKER; TOLDO, 2007 entre outros).

Pilar em Buenos Aires). Resulta daí uma distribuição dispersa no espaço periférico das áreas metropolitanas e uma ocupação das periferias pelas classes mais abastadas, em uma inversão do padrão anterior.

- dispersão de condomínios fechados para as classes média e alta nas áreas rurais com amenidades ou vocação turística (Petrópolis e Teresópolis no Rio de Janeiro, Cotia e Embu em São Paulo, Camacari em Salvador. E, para não ficar só no Brasil, podemos citar a região de Gorki no entorno de Moscou).

- multiplicação de loteamentos residenciais em áreas rurais, destinados a trabalhadores urbanos nas áreas da franja metropolitana ou nos distritos mais distantes das sedes municipais situadas em áreas dinâmicas do interior (Várzea das Moças em Niterói, Campos Elísios em Duque de Caxias, assim como em diversos distritos de Petrópolis, Barra Mansa, Resende, Cachoeiras de Macacu no Estado do Rio de Janeiro etc.).

- dispersão espacial de trabalhadores com a multiplicação de núcleos-dormitório e proliferação de núcleos de favelas em diversos distritos próximos aos grandes eixos viários nas áreas economicamente dinâmicas.

- concentração espacial de migrantes rurais nas sedes municipais, enquanto patamar migratório, com a formação de periferias favelizadas ou empobrecidas em áreas com baixa diversidade econômica e predomínio do setor primário.

Essa dispersão espacial da população, que antes caracterizamos como uma suburbanização em escala espacial, sói ser acompanhada por uma:

- difusão espacial e geográfica de hipermercados, shoppings e centros de entretenimento, não só em diversos pontos das regiões metropolitanas, mas também em áreas de turismo-veraneio – como em Petrópolis (RJ), no Guarujá (SP), em Búzios (RJ), entre outras. Formatos, projetados e direcionados para atender às distintas classes de renda. Assim, entre um Carrefour e outro há uma diferenciação nos produtos e marcas ofertados, assim como lojas existentes nos shoppings e na programação dos conjuntos de Cinemark e Multiplex.

- instalação de equipamentos de ensino e saúde nas proximidades das novas aglomerações urbanas de alta e média renda. Proliferação de instituições de nível superior privadas, de fácil ingresso, em áreas periféricas de diversas capitais e cidades médias.

- deslocalização industrial das aglomerações urbanas de médio e grande porte, com a manutenção das sedes administrativas e financeiras nos grandes centros urbanos.

No caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como em outras regiões metropolitanas, essa redistribuição espacial da população, das atividades produtivas e dos serviços é acompanhada por uma tendência à desconcentração demográfica e das atividades econômicas. Apenas a título de exemplo, cabe ressaltar que, nas duas últimas décadas, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro registrou taxas de crescimento geométrico ao redor de 1% a.a. (IBGE, 1991; 2000). Apesar da queda no crescimento demográfico, a permanência das sedes das grandes empresas nessas duas cidades contribui para que mantenham sua hegemonia econômica e financeira.

Porém, embora a Região Metropolitana do Rio de Janeiro mantenha a característica da concentração massiva de população e atividades econômicas de ponta, e permaneça, enquanto espaço privilegiado da produção do conhecimento técnico e científico e das instâncias de decisão política, temos como contraponto um avanço de certas áreas do interior. Avanço este que não passa necessariamente pela metrópole e se contrapõe à visão de uma metrópole hegemônica e onipresente, a controlar e comandar tudo o que ocorre. Tal visão tende até certo ponto a fetichizar a metrópole e quase torná-la um sujeito.

Se a metrópole chega a todas as partes, isso não se dá, necessariamente, ao mesmo tempo, com o mesmo impacto, significado e extensão. Se as grandes metrópoles são por excelência o lugar das relações econômicas e sociais e constituem o contraponto à formação de outros pólos urbanos importantes, o que confirma sua presença e requalifica seu papel no contexto regional, isso deve ser relativizado, uma vez que os dados, não só demográfico-quantitativos, apontam para uma tendência de crescimento maior da região em detrimento da metrópole.

O que se verifica hoje, em escala regional, de maneiras diversas, é a ampliação espacial de processos de exclusão social e econômica. A dispersão multipolarizada da produção e o empobrecimento de crescentes parcelas da população têm propiciado a emergência de novas modalidades de distribuição da população.

Como interpretar essas tendências?

III

Harvey (1985) contribui, em parte, nesse sentido ao discutir a mobilidade espacial e setorial da força de trabalho. Em particular, no que se refere à evasão de trabalhadores de bacias de emprego consolidadas para outras áreas

e atividades quando as condições impostas pelo capital não os satisfazem, seja em termos de salários diretos, indiretos etc. aliadas à impossibilidade e/ou inexistência de movimentos reivindicativos. Pode-se dizer que, nessas situações, o trabalho procura se antepor ao capital através das chamadas estratégias de sobrevivência, ao buscar situar-se estrategicamente frente aos focos de trabalho, que ganham uma configuração distinta a nível regional. Enquanto, nas grandes e médias cidades, os trabalhadores dirigem-se para as favelas, periferias e loteamentos clandestinos por não lhes restar outra opção, em escala regional, em áreas onde as atividades produtivas se encontram dispersas em vários focos, os trabalhadores procuram localizar seu espaço de vida em posição estratégica frente aos focos de emprego, o que lhes possibilita aumentar sua mobilidade ocupacional, recorrer a diversas opções e transitar entre diferentes setores de atividade.

A adaptação às novas condições, todavia, se faz de forma desigual e heterogênea em diferentes lugares e tempos – e gera disparidades e descompassos territoriais e regionais. As diferentes áreas contíguas ou não, a nível territorial (de Estados-nação), a nível regional ou sub-regional desenvolvem-se desigual e combinadamente. Essas disparidades e descompassos já foram objeto de vários estudos da Economia e Geografia Regional. Porém, tal heterogeneidade de espaços e níveis de desenvolvimento faz parte da essência da acumulação capitalista em escala ampliada.

Porém a produção (social) do espaço, de uma geografia localizada materialmente, está relacionada historicamente à reprodução da sociedade, que abrange os meios de produção desta sociedade, e à reprodução biológica – a reprodução do cotidiano (LEFEBVRE, 1991, p. 38). A novidade que o capitalismo introduz nesse esquema é a reprodução da força de trabalho. Portanto, hoje, para se apreender dialeticamente a produção (social) do espaço, é necessário se debruçar de forma articulada sobre os distintos momentos da reprodução social.

De fato, a combinação dessas três esferas de (re)produção social combinadas e em disputa por localizações privilegiadas permite apreender certos aspectos da produção do espaço (social) que tendem a formar lugares de caráter urbano, ou seja, constituem, em última análise, parte dos fundamentos do processo de urbanização e de estruturação do território (vide a respeito PRED, 1985; SOJA, 1993).

Durante a hegemonia do fordismo-taylorismo, a urbanização, longe de ser um processo autônomo, era parte integrante e essencial da produção do espaço pelo capitalismo (vide a este respeito HARVEY, 1982 e SOJA, 1983), ao mesmo tempo em que obstaculizava seu desenvolvimento num movimento dialético, como mostram os trabalhos relativos à renda fundiária urbana (LAMARCHE, 1977; TOPALOV, 1980; SMOLKA, 1987, entre outros). Se, durante o capitalismo competitivo, pouca importância foi atribuída às cidades e ao contexto urbano, isso mudou de figura com a reprodução ampliada, a globalização da economia e o desenvolvimento do meio técnico-científico – empregado aqui no sentido que lhe foi conferido por Santos (1994) – que intensificou a concentração de capital nos centros industriais e gerou uma pressão crescente por parte do capital e da força de trabalho por investimentos em infra-estrutura, melhoria da habitação, serviços, equipamentos urbanos etc. Era necessário, então, reorganizar o espaço urbano e tornar as cidades e as redes e os sistemas urbanos eficazes tanto para implementar a acumulação de capital quanto para apaziguar a inquietação social. Nesse sentido, o Estado desempenhou um papel chave no (re)planejamento das cidades e em sua adequação às novas necessidades que se antepunham ao desenvolvimento do capitalismo.

A vinculação do espaço, em geral, e do espaço urbano, em particular – no caso sua manifestação material a cidade –, apenas à produção, segundo Lefebvre, implicaria apenas na reprodução dos meios de produção e na reprodução de parcelas da força de trabalho necessárias à reprodução do capital e seriam adequadas a uma análise do capitalismo competitivo do século XIX e não à atual etapa. Desde então, as condições gerais se transformaram. Hoje, o sistema capitalista deve garantir sempre, além da reprodução dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção, efetivadas através da totalidade do espaço (LEFEBVRE, 1976, p. 33), na medida em que compreendem a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, perpassados por diferentes tempos históricos – simultaneidades.

Em virtude da fragmentação da urbanização contemporânea, espaços “naturais” são apropriados para fins residenciais ou industriais; grupos sociais e atividades produtivas são des e reterritorializados. A deslocalização das atividades produtivas e o fato de hoje não haver necessariamente uma coincidência entre a inserção produtiva e o local de residência da população (vide LIMONAD, 1996 e SANTOS e SILVEIRA, 2001), ao mesmo tempo em que contribui para

a urbanização conquistar a escala territorial e ultrapassar os limites da cidade, gera problemas dentro e fora das áreas urbanas.

Apesar das limitações das proposições da Escola de Chicago e de seu estigma culturalista, não se pode negar, com as devidas reservas metodológicas, a atualidade de Wirth. Primeiro, ao desvincular o urbano do caráter quantitativo e, segundo, ao perceber que o “modo de vida urbano” estendeu-se para além dos limites das cidades, conforme a passagem a seguir:

O grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de ‘urbano’ não é medido inteira ou precisamente pela proporção total que habita as cidades. [...] Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação [...] acentuaram o papel das cidades [...] e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade (WIRTH, 1967, p. 98-100).

Essas colocações elaboradas em 1938, em um viés de cultura enquanto *folk*, inseridas em uma concepção metodológica crítica, ganham um novo significado e tornam-se extremamente contemporâneas, em particular no atual momento de globalização cultural, social e econômica.

Tornar urbano/urbanizar implica introduzir no espaço algo que antes não existia, pela ação dos homens (RANDOLPH e LIMONAD, 1986; LIMONAD, 1991; 2000): em transformar as relações sociais de produção, organizar esse espaço de forma particular, em um modo de vida cotidiano, não apenas como cultura, mas enquanto satisfação de necessidades intrínsecas ao viver no urbano, enquanto relações cotidianas que os homens travam entre si e o meio em que vivem, enquanto estratégias de reprodução e sobrevivência, que configuram as condições de vida de largas parcelas de população. O que aponta a necessidade de resgatar criticamente a categoria “modo de vida” e a conveniência de levantar algumas considerações que nos permitam avançar em nossa reflexão, para o que abrimos um parêntese aqui.

A categoria “modo de vida” fetichizada tende a excluir a categoria trabalho. Entretanto, podemos pensá-la de uma forma mais ampliada. Para tanto, necessitamos de articulá-la com a “condição de existência” e o “quadro de vida”.

Inicialmente, pode-se dizer que a “condição de existência” configura-se de maneira específica em cada modo de produção e se define mediante o tipo e o grau de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, formal ou informal. Refere-se, pois, diretamente à situação material dos indivíduos e conforma seu quadro de possibilidades e de desenvolvimento de suas potencialidades.

Já o “quadro de vida”, por sua vez, concerne ao nível de satisfação das necessidades básicas e às possibilidades ao alcance dos indivíduos, em relação direta com a situação material dos indivíduos, com o seu rendimento; assim, é determinado a partir da “condição de existência”.

O “modo de vida” é parte da cultura do indivíduo, de seu conhecimento intuitivo e de seus valores. Ou seja, conforma a vida cotidiana. Para Heller (1972, p. 18-19) o homem nasce inserido em sua cotidianidade e amadurece ao adquirir todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. Sua assimilação da manipulação das coisas é sinônima da assimilação das relações sociais. E, se a assimilação da manipulação das coisas (do domínio da natureza e das mediações sociais) é condição de amadurecimento do homem, o mesmo se pode dizer das formas de intercâmbio e comunicação social. O homem, assim, amadurece quando é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em sistemas que não possuem a dimensão do grupo, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e de mover este mesmo ambiente. Dessa forma, a vida cotidiana não está “fora da história”, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social. Portanto, o “modo de vida” está relacionado com a forma com que o indivíduo assimila, absorve e manipula as coisas, em certo grau determina sua relação com o mundo.

O “modo de vida” refere-se, então, à inserção sociocultural dos indivíduos no sistema. Ao conformar a vida cotidiana, torna-se parte das condições objetivas materiais da vida dos indivíduos, de sua situação material e inserção no mercado de trabalho, integra, assim, a “condição de existência” e o “quadro de vida”, conformando-as e sendo por elas conformado. Pode-se, então, falar de um modo de vida cotidiano, não apenas como cultura, mas também enquanto satisfação de necessidades básicas (“quadro de vida”), enquanto relações cotidianas que os homens travam entre si e o meio em que vivem, enquanto estratégias de reprodução e sobrevivência (“condição de existência”), que configuram as condições de vida de largas parcelas de população, enquanto modo de produzir e reproduzir as relações sociais de produção no cotidiano, enquanto uma das expressões no cotidiano do modo de produção.

As novas condições da urbanização indicam que a urbanização hoje se estende além do assim chamado ambiente “construído” – a cidade – ao difundir-se como um modo de vida urbano, definido a partir da inserção dos indiví-

duos no processo produtivo e não tão somente enquanto uma cultura urbana, conforme a proposição de Louis Wirth. O caráter urbano, assim, tende a se descolar da vida na aglomeração, na cidade, e ganha o território.

O termo urbanização extensiva adotado por Monte-Mór (1994) parece adequado para caracterizar a espacialidade do fenômeno. Não obstante, a idéia de suburbanização (LIMONAD, 1996) caracteriza, primeiro, o caráter periférico dessa urbanização em relação às diversas aglomerações existentes e, segundo, o caráter carente dessa urbanização que, muitas vezes, não é acompanhada por uma expansão das redes de infra-estrutura e serviços, o que acaba por lhe conferir uma certa precariedade. De fato, há que se pensar, inclusive em novas formas de solucionar o acesso a equipamentos e serviços, uma vez que ora nos defrontamos com um tecido urbano esgarçado e cada vez mais extensivo – haja vista a região urbana do eixo de Brasília-Anapólis-Goiânia, analisada por Arraes (2003), Carpintero (2007) e Clementino (2007).

Cabe questionar, enfim, em que medida essa “nova ordem”, que emerge em áreas específicas do território nacional, constitui um fenômeno volátil, instável e passageiro. Será essa nova ordem territorial uma ordem de “não-lugares”, de meros implantes e enclaves que podem ser removidos a qualquer instante? Ou será a expressão de uma mudança mais duradoura da formação de “novos” lugares?

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Francisco Antonio dos. Dispersão urbana no litoral de Santa Catarina. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 341-354.
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Regiões Puras e Impuras. *GEOgraphia*, Niterói, v. 5, n. 10, p. 125-134, jul.-dez., 2003.
- CARPINTERO, Antônio Carlos. Brasília: algumas notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 213-230.
- CLEMENTINO, Lucie. Novas Ocupações Urbanas no Distrito Federal: algumas considerações. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 231-240.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). *Novas periferias metropolitanas – a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte e FAPEMIG, 2006.

DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. Crescimento urbano e mudanças na área metropolitana de Fortaleza. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 313-340.

EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. Sudeste Brasileiro: a institucionalidade da questão regional. LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004. P. 93-102.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 6-35, jun.-set., 1982.

_____. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, Derek; URRY, John (Ed.). *Social relations and spatial structures*. London: Mac Millan/Cambridge, 1985. P. 128-163.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

LAMARCHE, François. Property, development and the economic foundations of the urban question. In: PICKVANCE, Chris (Ed.). *Urban Sociology: critical essays*. London: Tavistock, 1977. P. 85-118.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LENCIONI, Sandra. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo. LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004. P. 67-77.

LIMONAD, Ester. Así camina lo urbano: El Derrotero. *Revista Interamericana de Planificación (SIAP)*, Guatemala, v. 24, n. 95, p. 96-115, jul.-set., 1991.

_____. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 1996. 247 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-27042005-162418/>>. Acesso: 15 jun. 2008.

_____. A cidade na pós-modernidade: entre a ficção e a realidade. *GEOgraphia*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 89-110, jan.-jun., 2000.

_____. Multipolar urbanisation patterns in south Rio de Janeiro: from competition or cooperation to co-competition. In: MARKOWSKI, Tadeusz; MARSZAL, Tadeusz (Ed.). *Polycentric metropolitan regions – new concepts and experiences*. Varsóvia: Polish Academy of Sciences, 2001. P.143-158. V. 11.

_____. Rio de Janeiro: uma nova relação capital-interior? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004. P. 78-92.

LIMONAD, Ester; RANDOLPH, Rainer. Cidade e lugar: sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Salvador, v. 3, n. 5, p. 11-24, mai., 2001. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revistas/ANPUR_v5.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR, 1994. P.169-181.

OFFE, Claus. *Disorganized Capitalism*. Massachusetts: MIT Press, 1984.

PRED, Allan. The social becomes spatial, the spatial becomes the social: enclosures, social change and the becoming of places in skane. In: GREGORY, Derek; URRY, J. (Ed.). *Social relations and spatial structures*. London: Mac Millan/Cambridge, 1985. P. 337-365.

RANDOLPH, Rainer. Distribuição espacial do crescimento populacional dentro e fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista de Economia Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 28-33, jun., 2007.

_____. Utopia burguesa ou revolução urbana? Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas peri-metropolitanas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., Salvador, 2005. *Anais...* Salvador: ANPUR, 2005.

RANDOLPH, Rainer; LIMONAD, Ester. Balanço quantitativo da produção técnico-científica em planejamento regional, urbano e habitacional (1980/86): Síntese do Documento Preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1., Nova Friburgo, 1986. *Anais...* Nova Friburgo: ANPUR, 1986.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. Cidades regiões globais. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 17, n. 41, p. 11-25, 1991.

SMOLKA, Martin O. O capital incorporador em seus momentos de valorização. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-78, jan.-abr., 1987.

SOJA, Edward W. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha; HAESBAERT, Rogério; SILVEIRA, Carmen (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. P. 22-74.

_____. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas de produção do espaço urbano no Estado de São Paulo. In: REIS, Nestor Goulart.; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPEESP, 2007. P. 7-28.

STROHAECKER, Tânia Marques; TOLDO JR., Elírio E. O litoral norte do Rio Grande do Sul como um pólo de sustentabilidade ambiental do Brasil Meridional. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 11, n. 245(39), 1 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24539.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista*. México: Península, 1980.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967 [1938]. P. 73-96.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967 [1938]. P. 97-122.

Recebido em: 07/07/2008

Aceito em: 05/09/2008